

Sílvia Portugal

**Contributos para uma discussão do conceito de rede
na teoria sociológica**

**Oficina do CES n.º 271
Março de 2007**

Sílvia Portugal

Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica

Resumo: O texto faz uma apresentação das principais linhas de abordagem da teoria das redes, discutindo o seu impacto na análise sociológica. A *network analysis* trouxe novos princípios analíticos, novas linguagens e novos dados para a teoria sociológica, permitindo analisar a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional e (re)colocando no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: a interação social. O texto discute, criticamente, os principais contributos da *network analysis*, apresentando, também, linhas de operacionalização do conceito de rede social e instrumentos metodológicos decorrentes desta abordagem teórica.

O conceito de rede

O termo “rede” goza, actualmente, uma “popularidade crescente” (Mercklé, 2004: 3), é abundantemente usado na linguagem corrente, académica ou política e designa uma grande variedade de objectos e fenómenos. No entanto, está longe de ser um neologismo: a palavra é antiga e a história dos seus usos descreve um longo percurso desde o século XVII (Mercklé, 2004; Ruivo, 2000). O termo foi-se distanciando dos objectos que servia inicialmente para descrever e ganhando uma dimensão de abstracção que o fez penetrar nos mais diversos domínios. Ouvimos, hoje, falar de redes em todas as áreas: no território, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, na prestação de serviços. O seu sucesso no modo como organizamos e pensamos o mundo leva, mesmo, alguns autores a falar da existência de uma “racionalidade reticular” (Parrochia, 2001).

As razões deste sucesso são, fundamentalmente, duas: o desenvolvimento extraordinário das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento; a valorização das relações entre as pessoas relativamente às relações entre as pessoas e as coisas. Estes dados explicam a importância que, em particular, as redes sociais assumiram, quer ao nível do conhecimento, quer ao nível da prática (Lemieux, 2000).

A popularidade do conceito de rede e o reconhecimento das suas capacidades descritivas e explicativas ultrapassam, hoje, os limites das ciências sociais e

estendem-se, cada vez mais, a outros domínios científicos. Desde os finais da década de 90 que diversas obras vêm defendendo a emergência de uma “nova ciência das redes” (Watts, 2003), que usa o conceito como forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo. Autores como Duncan J. Watts (sociólogo, doutorado em matemática aplicada), Mark Buchanan ou Albert-László Barabási (ambos físicos) têm cruzado conhecimentos das ciências sociais, da matemática, da física, da engenharia, da medicina, da biologia na defesa de uma visão do mundo “em que tudo está ligado”.¹ Inspirados pelos estudos fundadores do psicólogo americano Stanley Milgram na década de 60 – que ficaram conhecidos como *small world studies*² – estes autores procuram “padrões e regularidades na arquitectura de diferentes tipos de redes” (Buchanan, 2002: 19). Desde a *world wide web*, aos mercados financeiros, às epidemias, passando pela investigação científica e o terrorismo, estes autores mostram a sociedade contemporânea “como uma rede social complexa”, ao mesmo tempo que demonstram a “pequenez do grande mundo onde vivemos” (Barabási, 2003: 7).

Como afirmam Wasserman e Faust, o facto de inúmeros investigadores, de disciplinas diversas, descobrirem, quase simultaneamente, a perspectiva das redes não é surpreendente, dadas as suas potencialidades e a capacidade de resposta que oferece para diferentes problemas, em diferentes domínios (Wasserman e Faust, 1999: 10). Nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social, da antropologia. As suas bases teóricas, metodológicas e empíricas resultaram, em grande medida, da procura de soluções para problemas teóricos e

¹ Como indica o título da obra de divulgação de Albert-László Barabási – *Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life* (2003).

² Stanley Milgram conduziu uma experiência nos Estados Unidos da América que consistia em pedir a diversas pessoas escolhidas ao acaso (habitantes de Boston e do Nebraska) que fizessem chegar um dossier a um “indivíduo-alvo” (um corretor de Boston), dispondo apenas de informação sobre o seu local de residência e profissão. Os indivíduos podiam usar o correio, o contacto pessoal, no caso de conhecerem a pessoa, ou usarem um intermediário que tivesse maiores possibilidades de conhecer o indivíduo em questão. Das 296 pessoas da amostra, 217 aceitaram o desafio e expediram o dossier a um dos seus contactos, sendo que 64 dossiers chegaram ao seu destino, através de cadeias de tamanho variável mas cuja média era de 5,5 intermediários. Os estudos levados a cabo por Milgram tiveram inúmeros desenvolvimentos (sobre as implicações teóricas e metodológicas do seu trabalho, ver Degenne e Forsé, 1994; Watts, 2003; e Mercklé, 2004). Apesar de o autor nunca ter usado esse número – como sublinha Barabási (2003: 29) – as conclusões dos *small world studies* levaram à generalização da ideia de que todos no mundo estão separados por apenas seis pessoas. A expressão “six degrees of separation” generalizou-se a partir duma peça teatral de sucesso de John Guare que deu lugar a um filme com o mesmo título. Como mais gente vê filmes do que lê trabalhos sociológicos, a versão popularizou-se, mesmo no mundo científico, como prova o livro de Duncan Watts (2003) – *Six Degrees. The Science of a Connected Age*.

empíricos que os investigadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas.

O conceito de rede social apareceu cedo na Sociologia e na Antropologia Social. No entanto, inicialmente, nos anos 30 e 40, o termo era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e deu azo a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. No decorrer das últimas décadas, a sociologia das redes sociais constituiu-se como um domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente. Os sinais do seu dinamismo e da sua consolidação institucional são evidentes: inúmeros artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais; organização de eventos científicos sobre a temática; criação de revistas especializadas na matéria – *Connections*, *Social Networks* e, mais recentemente, em 2002, a Revista *Redes*, em língua espanhola; lançamento, ainda nos anos 80, de uma colecção especializada dirigida por Mark Granovetter na Cambridge University Press; existência, desde os finais dos anos 70, de uma associação internacional – *International Network of Social Network Analysis* (INSNA) – que reúne os investigadores na matéria, edita a revista *Connections* e, desde 2000, o *Journal of Social Structure*; existência de um forum de discussão – SOcNET – que reúne mais de 1800 assinantes; desenvolvimento de programas informáticos que suportam os modelos teóricos e metodológicos desenvolvidos (o *Ucinet* e o *Structure* serão os mais conhecidos e divulgados³); aparecimento progressivo de obras de divulgação para públicos mais vastos – Scott (1991), Degenne e Forsé (1994), Lazega (1998), Lemieux (2000), Watts (2003), Lemieux e Ouimet (2004), Mercklé (2004).

A construção de um sentido analítico para o conceito de rede social desenvolveu-se em torno de duas correntes: uma, que emerge da Antropologia Social britânica do pós II Guerra Mundial, e se preocupa fundamentalmente com uma análise

³ Através da página electrónica da INSNA podemos aceder a um link (http://www.insna.org/INSNA/soft_inf.html) onde são referenciados mais de 50 programas informáticos que permitem trabalhar neste domínio.

situacional de grupos restritos; outra, sobretudo americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa, no quadro de uma abordagem estrutural.

A utilização do conceito de rede social entre os antropólogos britânicos surge, em grande medida, como resultado da crescente “insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico” (Boissevain, 1974: 18) e está ligada ao grupo que, sob a direcção de Gluckman, desenvolveu um vasto conjunto de trabalhos empíricos em África e na Europa. A rigidez das propostas teóricas dominantes revelava-se cada vez mais ineficaz na análise das realidades empíricas complexas com que trabalhavam os autores britânicos. A perspectiva estrutural-funcionalista preocupava-se fundamentalmente com a normatividade dos sistemas culturais. Embora o conceito de rede social fosse utilizado como metáfora descritiva, a unidade de análise privilegiada era o grupo restrito. Em consequência deste posicionamento, os autores tinham sérias dificuldades em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas. Para estudar este tipo de relações, muitos antropólogos, nos anos 50, desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma sistemática (Wellman, 1991; Wasserman e Faust, 1999; Mercklé, 2004).

O estudo de Barnes sobre Bremmes, uma comunidade piscatória norueguesa, realizado no início da década de 50, foi pioneiro nesta área⁴. Ao estudar a importância das interações individuais na definição da estrutura social comunitária, Barnes isola dois campos (territorial e industrial) com base nos quais se estabelecem as relações entre os indivíduos. No entanto, o autor chega à conclusão de que a maioria das acções individuais não pode ser compreendida com base na pertença territorial ou industrial. Isola, então, um terceiro campo, formado pelos laços de parentesco, amizade e conhecimento, que concebe como uma rede: rede de relações, flexível e discreta, em

⁴ Tal como noutros domínios, é difícil aferir a “paternidade” dos conceitos, teorias e métodos da teoria das redes. Da antropologia de Manchester, à sociometria de Moreno e à teoria dos grafos, do “problema do pequeno mundo” de Milgram ao pensamento de Simmel, os autores dividem-se quanto às origens e influências mais marcantes. No entanto, parece existir alguma unanimidade em torno do nome de Barnes como o autor que usou, pela primeira vez, a noção de “rede social” para descrever as estruturas sociais de uma comunidade. Cf. Musso (2001) e Parrochia (2001) para uma discussão epistemológica da noção de rede, Ruivo (2000) para uma genealogia da utilização do termo e Lozares (1996), Mercklé (2004), Wasserman e Faust (1999), Watts (2003) e Wellman (1991) para uma análise das origens e desenvolvimentos da teoria das redes.

que os diferentes membros se podem ou não conhecer uns aos outros e interagir entre si (Barnes, 1977). O conceito revelou-se importante não só para a descrição da estrutura da comunidade, como, também, para a compreensão de processos sociais fundamentais como o acesso ao emprego ou a cargos políticos.

Pouco tempo após o trabalho de Barnes, os estudos de Elizabeth Bott, publicados pela primeira vez em 1957, chamaram definitivamente a atenção da comunidade científica para o conceito de rede social. A pesquisa de Bott sobre a família e as redes de relações sociais teve especial importância por ser a primeira a reconhecer a relação entre o carácter interno duma relação e a estrutura duma rede: Bott defendia a ideia de que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento dos seus membros, mas também das relações que estes estabelecem com outros, ou seja, de que a estrutura da rede de parentes, amigos, vizinhos e colegas tem uma influência directa na definição das relações familiares (Bott, 1976).

Bott desenvolveu a primeira medida da estrutura duma rede: a conexidade, entendendo-a como “a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independentemente da família” (Bott, 1976: 76). A autora distingue entre redes de “malha estreita” (*close-knit*), aquelas onde existem muitas relações entre os membros, e redes de “malha frouxa” (*loose-knit*), aquelas onde existem escassos relacionamentos, defendendo que o grau de segregação dos papéis conjugais está relacionado com o grau de conexão da rede total da família: quanto mais conexa for a rede de uma família, maior será a segregação dos papéis entre marido e mulher.

Para Wellman, enquanto os antropólogos britânicos se deslocaram de questões substantivas para questões formais, a tradição de estudos americanos começa com questões relativas às formas das redes, à qual não é alheia a influência do trabalho de Simmel na América. O argumento simmeliano quanto à determinação do conteúdo das relações sociais pela sua forma conduziu os autores americanos a questionarem-se sobre a importância da dimensão dos sistemas sociais e do relacionamento interindividual na definição do comportamento individual e das relações duais (Wellman, 1991).

O interesse dos americanos na forma dos sistemas sociais estimulou o forte desenvolvimento de métodos quantitativos para descrever modelos de relações. Da análise sociométrica, utilizada pelos psicólogos, e pioneira na quantificação de dados

relacionais, à teoria dos grafos dos matemáticos, os estudiosos das redes recolheram vocabulário e modos de representação gráfica, inicialmente rudimentares, e, hoje, cada vez mais elaborados, que lhes permitiram analisar quantitativamente as “estruturas profundas que unem e separam os sistemas sociais” (Wellman, 1991: 23).

A tradição americana de estudo das redes desenvolveu-se segundo duas linhas de sensibilidade distintas: uma, herdeira de Simmel, é essencialmente formalista, concentrando-se sobretudo na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos (alguns dos exemplos desta abordagem encontram-se reunidos em Leinhardt, 1977). A outra reclama-se estruturalista, definindo a relação como unidade básica da estrutura social e utilizando uma grande variedade de conceitos e métodos de análise do estudo das redes sociais para responder a problemáticas centrais na teoria sociológica. As ideias centrais desta segunda abordagem encontram-se sistematizadas na introdução de Wellman e Berkowitz à obra onde estão reunidos diversos estudos realizados segundo esta perspectiva (Wellman e Berkowitz, 1991).

A análise estrutural das redes passou duma posição minimalista, em que o conceito de rede era apenas uma metáfora, útil para complementar algumas análises, para uma posição maximalista, traduzida no texto paradigmático de Wellman e Berkowitz:

As estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjuntos de *nós* (ou membros do sistema social) e conjuntos de *laços* que representam as suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como colecções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras colectividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós». (Wellman e Berkowitz, 1991: 4)

Wasserman e Faust identificam quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais: 1) os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas; 2) os laços relacionais entre actores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que

configuram oportunidades ou constroem a acção individual; 4) os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre actores (Wasserman e Faust, 1999: 4).

Como afirmam Degenne e Forsé (1994), a análise das redes permite passar das “categorias” às “relações”. A maior parte dos sociólogos admite que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas em que estes se inserem. Contudo, a realidade não é concebida em termos de relações, sendo os dados empíricos trabalhados a partir de categorias construídas *a priori* através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes – os homens, os jovens, os operários, os licenciados, os países desenvolvidos, etc. Em função do problema em análise, trata-se de determinar em que medida as categorias descritivas estão relacionadas com as variáveis a explicar. O desenvolvimento das técnicas quantitativas de recolha da informação e tratamento estatístico dos dados permite interpretações cada vez mais sofisticadas destas relações ou da ausência delas. No entanto, estudam-se relações entre variáveis e não relações entre indivíduos (Degenne e Forsé, 1994: 6).

As análises sociológicas extensivas tratam o indivíduo como unidade a-estrutural, ao mesmo tempo que assumem que as categorias classificatórias com que trabalham correspondem a uma determinada realidade estrutural. Os indivíduos pertencem a categorias, mas também a redes relacionais, e as categorias não são mais do que o reflexo das relações estruturais que os ligam entre si (Degenne e Forsé, 1994: 7). Elas não podem ser dadas *a priori* e definitivamente, mas antes emergem da análise das relações entre os elementos que compõem a estrutura. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga. Não se pode querer compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos. É esta armadilha que a análise das redes pretende evitar, procurando encontrar regularidades, grupos, categorizações, de modo indutivo, através da análise do conjunto de relações.

A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de

constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interacções. Esta “análise relacional” (Wellman, 1985) permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses.

Um novo paradigma?

Já nos anos 70, Samuel Leinhardt colocava esta questão no título de uma das primeiras antologias de textos sobre a matéria – *Social Networks. A Developing Paradigm* (1977). Hoje o debate permanece, e dele continuam a fazer eco as obras que divulgam as teorias das redes sociais (Degenne e Forsé, 1994; Lemieux, 1999; Mercklé, 2004).

O conceito de paradigma foi proposto por Thomas Kuhn (1970 [1962]) para dar conta da descontinuidade da evolução do conhecimento científico. Segundo o autor, esta processa-se através da alternância de momentos de ciência normal, de crise, de ciência extraordinária e de revolução. Um paradigma é constituído por leis, hipóteses teóricas gerais, métodos e técnicas, meios standardizados de aplicar leis fundamentais a uma grande diversidade de situações. O trabalho no interior de um paradigma reúne os cientistas na prática da ciência normal. Como todos os paradigmas comportam inadequações e enigmas, quando a sua resolução se torna impossível, dentro do quadro da ciência normal, dá-se uma crise e procuram-se alternativas no quadro da ciência extraordinária. O trabalho fora dos limites do paradigma pode permitir regressar à normalidade ou pode dar azo a nova teoria. Quando este último caso prevalece estamos perante a emergência de um novo paradigma e uma profunda reorganização de todo o domínio científico em causa, ou seja, segundo Kuhn, perante uma revolução científica. O novo paradigma não surge como um processo cumulativo mas como algo radicalmente novo: produz novos recortes do mundo, adopta novos modelos, novos métodos, redefine os problemas e as soluções. O novo e o velho paradigma são irreconciliáveis e incomensuráveis, daí a visão descontínua de Kuhn sobre a evolução do conhecimento.

Não me parece que se possa falar da existência de um novo paradigma nas ciências sociais quando falamos de teoria das redes. Como nota Lemieux, acontece com a noção de paradigma de Kuhn um pouco o mesmo que acontece com o conceito de rede: a sua enorme divulgação e o seu sucesso permitem o seu uso abusivo (Lemieux, 1999: 5). De facto, estamos perante um campo do conhecimento que está longe de ser

apenas um método, um conjunto de técnicas sofisticadas para abordar a realidade social, como alguns pensam. No entanto, não podemos, também, falar de um novo paradigma no sentido kuhniano, em que uma teoria “esmaga” as concorrentes e enfraquece institucionalmente as suas rivais. Apesar das ambições (justificadas) dos seus teóricos, falta à *network analysis* a hegemonia que fez o sucesso do funcionalismo. Por um lado, o espaço da teoria sociológica é hoje partilhado por perspectivas diferenciadas, sem que se possa identificar um paradigma dominante. Por outro lado, o próprio campo interno da disciplina está longe de se constituir como uma teoria “unificada”. Aliás, a dissonância começa na forma de nomear o “novo paradigma”: “science of networks” (Watts, 2004), “social network paradigm” (Leinhardt, 1977), “network analysis” (Marsden e Lin, 1985; Knoke e Kuklinski, 1982) e a sua tradução francesa “analyse des réseaux” (Mercklé, 2004), “structural analysis” (Wellman e Berkowitz, 1991). As diferentes designações escondem, no entanto, algo comum: “uma concepção relacional da estrutura social” (Marsden e Lin, 1985: 10).

Os contributos da *network analysis* inscrevem-se em dois debates fundamentais da tradição sociológica: o primeiro tem a ver com o estatuto das análises micro na construção da macro-sociologia, o segundo com a relação entre a estrutura social e a acção individual. De um modo geral, a teoria das redes postula que a teoria sociológica macro-estrutural deve ser construída sobre fundações micro. Ou seja, o nível interpessoal deve prover bases para explicar actividades e estruturas de níveis mais elevados de agregação. Segundo Mercklé, a teoria das redes constitui uma “terceira via”, “meso-sociológica”. A sua abordagem tenta responder, simultaneamente, a duas ambições: explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interacções entre os indivíduos e das suas motivações. Ou seja, a *network analysis* propõe-se “suplantar a dualidade do princípio simmeliano «os indivíduos fazem a sociedade, as sociedades fazem os indivíduos»” (Mercklé, 2004: 97). Não se trata de erigir a dimensão “reticular” como mais importante do que a do indivíduo ou da estrutura social, mas de reconhecer que ela permite passar de um nível ao outro.

No interior deste debate, uma das perspectivas mais sedutoras é a da *actor-network theory* (ANT). Originária dos estudos sobre a ciência de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (Callon, 1989), a ANT apresenta propostas inovadoras para o

debate sobre a articulação entre macro e micro. No início dos anos 80, Callon e Latour escrevem um texto paradigmático para uma obra sobre esta temática (Knorr-Cetina e Cicourel, 1981). O artigo dos dois autores (Callon e Latour, 1981) propõe uma visão dinâmica das relações macro-micro, na qual o conceito de tradução ocupa um lugar central.⁵ Os autores recusam a distinção entre “indivíduos” e “instituições”, sendo importante não a dimensão dos actores, mas as relações de poder e os processos de tradução que se estabelecem entre eles. A proposta da ANT de “seguir os actores” (Latour, 1992) implica a assunção dos actores como redes e a integração de actores não humanos nas redes.⁶ A *actor-network theory* tem procurado construir uma “sociologia das associações”, por oposição a uma “sociologia do social” (Latour, 2005), procurando conhecer o modo como elementos heterogêneos se relacionam entre si. Deste modo, tem desenvolvido um papel fundamental na análise da construção das redes e nas formas da sua manutenção e extinção.

Os estudos realizados no âmbito da *network analysis* têm demonstrado que as pessoas que conhecemos e aquelas “com quem podemos contar” influenciam o nosso estilo de vida, os nossos sucessos e insucessos, a nossa segurança e sentimento de bem-estar e, mesmo, a nossa saúde (Martins e Fontes, 2004). A análise estrutural americana fez escola sobretudo com os estudos sobre as redes sociais enquanto fonte de suporte social. Os trabalhos clássicos de Barry Wellman, *Networks as Personal Communities* (Wellman, 1985; Wellman, Carrington e Hall, 1991) e de Claude Fischer, *To Dwell Among Friends* (1982), constituem dois marcos fundamentais nesta área, dado que neles se encontram contributos decisivos da teoria das redes, mais tarde desenvolvidos por outros autores e retomados em inúmeros estudos empíricos.

O trabalho de Wellman é um estudo longitudinal sobre os habitantes de um quarteirão urbano de Toronto, levado a cabo em dois momentos distintos (1968 e 1977-78). Orientada inicialmente pelo debate sobre “a perda da comunidade” (Wellman, 1985), a pesquisa procurou, sem sucesso, a sua presença nas ruas dos bairros urbanos: conversas de rua entre vizinhos, trocas de serviços entre amigos, reuniões familiares,

⁵ “Por tradução, entendemos todas as negociações, intrigas, cálculos, actos de persuasão e violência, graças aos quais um actor ou força toma, ou atribui a si próprio, a autoridade para falar ou agir em nome de outro actor ou força” (Callon e Latour, 1981: 279).

⁶ Este último factor é, seguramente, um dos traços mais inovadores da ANT, que surge por via da influência decisiva dos estudos sobre a ciência.

etc. (Wellman, Carrington e Hall, 1991). Os laços encontrados pelos investigadores não se “encaixavam” nos “critérios sociologicamente standardizados de comunidade – redes densas de solidariedade vicinal” (*idem*: 130); no entanto, os habitantes do bairro estabeleciam relações com inúmeras pessoas, que visitavam regularmente e com as quais partilhavam informações e trocavam auxílio.

Os autores passaram, então, a abordar a “comunidade” não como uma realidade local, mas como uma forma específica de relação social. Wellman propõe o conceito de “comunidade pessoal” como forma de tornar inteligível um conjunto de laços de companheirismo e entreajuda – “laços de comunidade” – que extravasam os limites das unidades geográficas de vizinhança.

O trabalho de Wellman é particularmente interessante pela forma como aborda a relação entre os comportamentos individuais e as características das redes de relações. Wellman analisa a estrutura das redes e os efeitos que diferentes formas estruturais têm na mobilização de recursos e na construção de oportunidades para os seus membros, preocupando-se com as redes enquanto fonte de suporte social. Tendo em conta os contextos macroestruturais nos quais estão inseridas as redes pessoais, o autor analisa a influência das formas das redes nas mudanças das situações individuais e na integração nos sistemas macrossociais.

Enquanto o trabalho de Wellman reflecte a linha “dura” da *network analysis*, focalizando a sua atenção na forma como os modelos relacionais condicionam o comportamento individual, a pesquisa de Fischer utiliza o conceito de rede de uma forma mais “flexível”. Para este autor a rede de relações do indivíduo é um elemento de constrangimento, mas também um recurso que os indivíduos modelam segundo os seus interesses e investimentos pessoais. *To Dwell Among Friends* (1982) constitui um dos contributos mais importantes para a compreensão da relação entre variáveis estruturais e redes pessoais. Fischer centra a sua análise nas diferenciações originadas pela comunidade de residência, desenvolvendo uma comparação sistemática entre as redes dos habitantes das grandes áreas urbanas e as redes daqueles que vivem em pequenos centros.

Fischer mostra que o urbanismo tem consequências na vida dos indivíduos, mas não aquelas postuladas pelas teorias tradicionais sobre o “modo de vida urbano”. Os habitantes das grandes cidades, tal como os dos pequenos centros, estão inseridos em redes de relações que oferecem apoio, sociabilidade e entreajuda. Para o autor, “o

urbanismo tende a produzir um *estilo* de vida diferente, mas não uma *qualidade* de vida diferente” (Fischer, 1982: 260). Do ponto de vista relacional, quem vive nas grandes cidades não tem uma qualidade de vida inferior à dos habitantes dos pequenos centros; no entanto, o seu estilo de vida é diferente: no tipo de pessoas que conhecem, nas actividades que desenvolvem juntas, no conteúdo das relações que estabelecem, etc. Segundo Fischer, a grande cidade oferece, mesmo, maiores oportunidades, sobretudo aos jovens e solteiros, de encontro e associação com indivíduos semelhantes, com experiências, interesses, gostos e valores comuns. Em consequência, os habitantes das metrópoles têm, na maioria dos casos, redes mais vastas e mais densas que os habitantes das áreas rurais e maiores possibilidades de selecção das suas relações que estes últimos.

Apesar da ênfase que coloca, ao contrário da maioria dos autores, na importância das escolhas individuais na construção das redes de relações, o trabalho de Fischer revela-se importante sobretudo pelo modo como evidencia a relação entre a estrutura social e a configuração das redes pessoais. O autor mostra como as escolhas dos indivíduos são condicionadas pelos contextos sociais em que estes se movem: a área de residência, o local de trabalho, a família. Embora o seu estudo se centre na análise da relação entre as redes e o tipo de comunidade residencial, Fischer sublinha que variáveis estruturais como a educação, a ocupação e a profissão, o rendimento, o sexo, a idade e a fase do ciclo de vida desempenham uma importância fundamental no modo como os indivíduos estabelecem e mantêm relações com os outros.

Estes trabalhos mostram as potencialidades da *network analysis* para a superação da dicotomia macro-micro. A análise das redes permite focar a atenção no comportamento individual sem perder de vista a sua inserção nas estruturas sociais. A investigação sobre redes sociais mostra como as trajetórias sociais dos indivíduos não são determinadas integralmente nem pelas suas posições estruturais, nem pelas suas decisões individuais. A inserção do indivíduo numa estrutura de redes, embora de certa forma condicionada pela sua posição na estrutura social, garante um certo grau de liberdade na escolha de estratégias de acção e possibilita deslocações na estrutura social (Fontes e Eichner, 2004).

Os trabalhos seminais de Mark Granovetter (1973 e 1982) sobre o papel das redes sociais no acesso ao emprego mostraram exactamente como determinado tipo de laços permite estabelecer pontes entre diferentes grupos sociais, possibilitando aos indivíduos

aceder a mundos que lhes estariam vedados no interior da sua rede de relações próximas. O autor mostrou como, quando alguém procura um emprego, os laços fracos são mais eficazes do que os laços fortes porque permitem sair do meio social em que o indivíduo se insere e aceder a informações e contactos que se situam noutros meios. O mesmo parece ser verdade quando se procura um apartamento ou se quer encontrar alguém que não se conhece pessoalmente (Degenne e Forsé, 1994).

Nan Lin (1982) retomou a experiência de Milgram, já citada acima, para testar a hipótese da força dos laços fracos de Granovetter. O autor seleccionou 300 indivíduos duma localidade do estado de Nova Iorque usando variáveis como a idade, a antiguidade na comunidade, o estado civil e a participação cívica e religiosa. Os destinatários cobriam quatro categorias (um homem branco, uma mulher branca, um homem negro, uma mulher negra). Como os expeditores não conheciam os destinatários tinham que recorrer a intermediários para entregar os seus pacotes. Foram entregues 30% das encomendas, sendo que a barreira racial foi difícil de ultrapassar. Observou-se mais sucesso quando o destinatário era uma mulher e um homem o expeditor. O nível social também se revelou importante: o sucesso foi maior quando o expeditor pertencia a um nível social superior ao do destinatário. Sobretudo, Nan Lin preocupou-se com a observação dos intermediários utilizados e verificou que as estratégias mais eficazes consistiram em utilizar laços fracos mais do que laços fortes, confirmando, assim, as hipóteses de Granovetter acerca da importância deste tipo de laços.

Desta forma, o que diversos estudos sobre redes sociais mostram é o modo como o desenho das redes condiciona o acesso dos indivíduos a diferentes recursos, como sublinha Barry Wellman (1991), permitindo constatar que a morfologia das redes abre ou fecha possibilidades a indivíduos com posições semelhantes na estrutura social. Um dos contributos principais da teoria das redes prende-se com o reconhecimento das implicações estratégicas de padrões particulares de relações. Os trabalhos recentes de Breno Fontes (Fontes, 2004; Fontes e Eichner, 2004) sublinham que esta é uma questão importante para discutir as possibilidades de acção colectiva. O autor mostra como as estruturas das redes nas quais os actores se inserem condicionam as suas práticas políticas. Ao estudar a formação do capital social, numa comunidade pobre do Brasil, o autor chega à conclusão de que a construção do espaço público passa por estruturas de sociabilidade localizadas na esfera privada, sustentadas sobretudo no domínio dos

laços fortes, o que contraria os resultados da maior parte dos estudos sobre as sociedades do hemisfério norte (Fontes e Eichner, 2004). O autor sublinha, com pertinência, a importância do conceito de rede social para discutir a participação cívica, chamando a atenção para a forma como actores, com posições semelhantes na estrutura social, têm práticas políticas diversas, resultantes de diferentes padrões de estruturação de redes sociais (Fontes, 2004).

As redes como capital social

O conceito de capital social tem muito em comum com o conceito de rede. Embora o seu aparecimento na teoria sociológica seja mais recente, o seu sucesso tem sido notável, e tornou-se, tal como o conceito de rede, uma ideia “na moda”. Sobretudo a partir de meados da década de 90, as publicações, congressos e discussões sobre o capital social multiplicaram-se. Tal como o conceito de rede, o conceito de capital social popularizou-se, extravasou limites disciplinares e ultrapassou as fronteiras das comunidades académicas, sendo hoje discutido em áreas muito diversas: sociologia, economia, desenvolvimento, educação, criminologia, política. O interesse que organizações como a OCDE e o Banco Mundial revelam, hoje, pelo conceito⁷ é revelador, não só do modo como a questão se integrou no pensamento económico, mas, também, do modo como ultrapassou os limites da discussão científica e se coloca, hoje, ao nível da discussão política. No entanto, ao contrário do conceito de rede, ao qual estão intimamente ligados muitos dos seus desenvolvimentos, é, ainda hoje, difícil atestar as capacidades heurísticas do conceito de capital social para a teoria sociológica e saber se esta noção traz algo de novo, sólido e profícuo, ou se representa apenas uma reinvenção de “velhas ideias” num novo contexto histórico.⁸

Em que consiste o capital social? Qual a sua relação com a análise das redes sociais? Uma das variáveis que atesta o sucesso do conceito e, simultaneamente, as dificuldades que levanta a sua utilização, é a diversidade de definições que podemos

⁷ O Banco Mundial tem mesmo uma página sobre a questão – www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm – onde se pode encontrar vasta bibliografia sobre o conceito e inúmeras informações sobre estudos de caso e acções concretas levadas a cabo pela agência.

⁸ Para uma análise das raízes históricas do conceito de capital social, da sua relação com o pensamento sociológico clássico e defesa do seu “valor acrescentado”, cf. Adam e Roncevic (2003), Portes (1998), e Walters (2002).

encontrar. Como afirmam Adam e Roncevic, “quanto mais popular se torna o conceito, mais longe nos encontramos de um consenso” (2003: 160). Deste modo, os autores descrevem o capital social como “um genótipo com muitas aplicações fenotípicas” (2003: 158-160). O genótipo, a partir do qual surgem as inúmeras definições, parece residir na definição de Coleman: “não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades, com dois elementos em comum: constituem aspectos das estruturas sociais e facilitam certo tipo de acções dos actores na estrutura” (1988: 98). O autor localiza o capital social nas “relações entre as pessoas” (1990: 304).

É esta noção, de um tipo de capital gerado nas “relações”, que torna o conceito de capital social indissociável do conceito de rede social e, também, atractivo para os teóricos da *network analysis*. Deste modo, não é de estranhar que um dos contributos fundamentais para uma “teoria do capital social” venha de um autor oriundo da teoria das redes – Nan Lin. Este autor define capital social como “investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado” (Lin, 2001a: 19). Do ponto de vista analítico o mercado pode ser económico, político, de trabalho ou a comunidade. O autor defende que “os indivíduos se envolvem em interacções e redes de modo a produzir lucros” (Lin, 2001a: 19). Deste modo, uma teoria do capital social deve “examinar os mecanismos e processos através dos quais os recursos disponíveis nas redes sociais são percebidos como investimentos”, tendo em conta que “o capital é apreendido nas relações sociais e que a sua conquista envolve constrangimentos e oportunidades estruturais, bem como acções e escolhas por parte dos actores” (Lin, 2001a: 3).

A teoria de Lin decorre, segundo o próprio, de uma teoria geral do capital. O autor classifica as teorias do capital social como *neo-capital theories*, herdeiras da teoria clássica (*classical theory of capital*) enunciada por Marx (Lin, 2001a e 2001b). O autor defende que a ideia básica da teoria marxista acerca do capital (investimento para a produção de lucro) se mantém nas teorias subsquentes acerca do capital. Lin enquadra nas *neo-capital theories* as teorias do capital humano de Schultz e Becker e a teoria do capital cultural de Bourdieu (Lin, 2001a: cap. 1). O autor destaca dois elementos nestas novas teorias do capital: em primeiro lugar, a deslocação do enfoque analítico do nível macro da abordagem marxista para o nível micro – mais do que verem o capital como parte do processo de exploração da sociedade, as *neo-capital theories* olham para os

indivíduos como actores que fazem os seus investimentos de modo a lucrar no mercado;⁹ e em segundo lugar, a emergência da acção e da escolha individuais como um elemento fundamental. Em suma, o que Lin quer sublinhar é o modo como as novas teorias do capital evidenciam a relação entre as acções individuais e as posições estruturais.

É neste enunciado que se centraliza a atenção das teorias do capital social. Para Lin, a noção de capital social – o capital apreendido nas relações sociais – representa “um enorme avanço na nova teoria do capital [*neo-capital theory*]”¹⁰ (Lin, 2001a: 19). Nesta perspectiva, “o capital é visto como um bem social em virtude das conexões dos actores e do acesso aos recursos da rede ou grupo de que eles fazem parte” (*idem*). Lin apresenta quatro factores para explicar o modo como os recursos disponíveis através das redes sociais condicionam os resultados das acções dos indivíduos (2001a e 2001b). Em primeiro lugar, o fluxo da informação é facilitado: os laços sociais colocados em posições estratégicas fornecem aos actores informações úteis sobre oportunidades e escolhas, que de outra maneira não estariam disponíveis. Em segundo lugar, estes laços influenciam os agentes que têm um papel importante nas decisões (por exemplo, a contratação no caso de um emprego). Em terceiro lugar, os laços sociais podem ser concebidos como credenciais, que garantem as possibilidades individuais de aceder a recursos disponíveis através das suas redes. Finalmente, as relações sociais reforçam a identidade e reconhecimento – ser reconhecido como indivíduo e membro de um determinado grupo, além de garantir suporte emocional, possibilita reconhecimento público no que respeita ao direito a determinados recursos. Para Lin, estes quatro elementos – informação, influência, credenciais e reforço (*reinforcement*) – conferem ao capital social capacidades explicativas, em determinados domínios, que as formas de capital pessoal, como o económico e o humano não possuem.

A maioria dos autores estabelece três tradições distintas na abordagem do capital social: a que se baseia no trabalho de Pierre Bourdieu, a que se estrutura em torno das ideias base de James Coleman e, finalmente, aquela que talvez tenha mais sucesso hoje em dia – a originária dos trabalhos de Robert Putnam. Eu acrescentaria mais uma linha

⁹ Isto não quer dizer, e Lin reconhece-o, que estas teorias (sobretudo a teoria de Bourdieu) esquecem os processos de dominação inerentes à sociedade capitalista. O autor quer sublinhar, no entanto, que é o indivíduo, e não a classe, que focaliza a atenção destes autores.

¹⁰ Numa síntese posterior das teorias do capital (Lin, 2001b), Lin classifica as abordagens de Bourdieu, Coleman, Putnam e as suas próprias contribuições como diferentes vertentes da teoria do capital social, situando-as como contributos para as *neo-capital theories*.

analítica a estas três: as abordagens que vêm da teoria das redes, de autores como o já citado Nan Lin, mas também de Ronald Burt, Peter Marsden e Barry Wellman. Como explicarei de seguida, embora estes teóricos possam ser herdeiros do pensamento de Coleman na definição de capital social,¹¹ as suas posições teóricas e, sobretudo, metodológicas afastam-nos da perspectiva colemaniana.

Uma das proximidades do conceito de capital social com o conceito de rede é o facto do seu sucesso se dever ao trabalho de investigadores com interesses muito diversos, e que desenvolveram o seu trabalho com objectivos bastante diferentes.

Se Pierre Bourdieu é, por muitos, considerado um pioneiro na moderna conceptualização do capital social (Adam e Roncevic, 2003; Portes, 1998; White, 2002), as suas preocupações principais extravasam largamente a definição deste conceito. A abordagem que Bourdieu constrói do conceito de capital social enquadra-se na sua teoria da reprodução social com base na *distinção* dos grupos sociais. Num texto seminal – “Le capital social. Notes provisoires” – Bourdieu define capital social como “o conjunto de recursos, efectivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma *rede durável de relações*, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento” (Bourdieu, 1980: 2, *itálico do autor*). Para o autor, “o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado” (*idem*). Bourdieu sublinha que “o capital social nunca é completamente independente do facto de as trocas, que instituem o inter-reconhecimento, suporem o re-conhecimento de um mínimo de homogeneidade «objectiva»”, e que o capital social “exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído pelo próprio” (*idem*).

A perspectiva de Bourdieu mostra que as redes sociais não são um dado natural, antes, são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fontes de benefícios. A definição do autor torna clara a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos aceder aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos.

¹¹ O próprio Lin, na apresentação que faz das teorias do capital social, coloca-se a par de Coleman, na tipologia de autores que constrói (Lin, 2001b: 5).

Apesar de James Coleman não citar o trabalho de Bourdieu, em alguns pontos as suas concepções aproximam-se bastante.¹² Coleman define o capital social a partir da sua função, e afirma que, “como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível alcançar certos fins que não seriam atingíveis na sua ausência” (Coleman, 1990: 302). Ilustrando-as profusamente com exemplos, o autor distingue várias formas de capital social: obrigações e expectativas, informação, normas e sanções, autoridade, formas de organização associativa (Coleman, 1990: 304-313). Identifica, também, os factores que contribuem para a criação, manutenção e destruição do capital social: fechamento das redes sociais, estabilidade das estruturas, ideologia e outros factores, como os suportes sociais formais (Coleman, 1990: 318-321). Anunciando a linha de pensamento que se constrói em torno das ideias de Putnam, Coleman sublinha o carácter público do capital social: “como um atributo da estrutura social, na qual o indivíduo se insere, o capital social não é propriedade de nenhuma das pessoas que dele beneficia” (Coleman, 1990: 315).

Portes (1998) e Lin (2001b) criticaram Coleman pela sua definição vaga de capital social e pelo carácter tautológico de algumas das suas concepções. De facto, Coleman inclui, sob a mesma designação, mecanismos geradores de capital social (expectativas de reciprocidade e definição de normas pelo grupo), consequências da sua posse (como o acesso privilegiado à informação) e formas de organização social que estabelecem o contexto no qual fontes e efeitos se materializam. Deste modo, a distinção entre os recursos e as relações que permitem aceder aos recursos, feita por Bourdieu, é obscurecida por Coleman. Segundo Portes, uma abordagem sistemática do conceito necessita distinguir entre três elementos: os recursos, as fontes do capital social e os detentores do capital social (Portes, 1998: 6). Para Lin, a visão “funcional” de Coleman é “tautológica”: o capital social é identificado quando e se funciona; a sua explicação causal pode ser captada apenas pelo seu efeito, ou seja, o factor causal é definido pelo seu efeito. Lin não recusa a existência de uma relação funcional, mas defende que os dois conceitos devem ser tratados como entidades separadas, com medidas independentes (Lin, 2001b: 11).

¹² Portes (1998) atribui a falta de diálogo dos autores americanos com o trabalho de Bourdieu, durante a década de 80, à ausência de traduções para língua inglesa de textos fundamentais deste autor.

Enquanto as abordagens de Bourdieu e Coleman olham para o capital social a partir do indivíduo, outros autores transferiram os seus questionamentos para a dimensão colectiva. O principal responsável pela difusão desta perspectiva foi o americano Robert Putnam. O sucesso da sua obra *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community* (2000) ultrapassou largamente a comunidade académica e levou a opinião pública americana a interrogar-se sobre o declínio da participação cívica dos cidadãos.

A definição de capital social de Putnam é herdeira da de Coleman, mas sublinha a dimensão normativa que emerge das relações sociais. Para Putnam, o capital social “refere-se às conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas emergem” (Putnam, 2000: 19). Segundo o autor, o capital social surge “em muitas formas e tamanhos diferentes, com muitos usos diferentes” (*idem*: 21), que exemplifica: a família extensa, a catequese, os colegas de póquer, os companheiros de dormitório na universidade, as organizações cívicas, os grupos de *chat* da internet, a rede de contactos profissionais – todos são formas de capital social. Tal como Coleman, também Putnam concebe as redes, simultaneamente, como fonte e forma de capital social. Deste modo, mais uma vez, encontramos neste autor uma confusão analítica entre o capital social e as suas fontes, que gera problemas de operacionalização do conceito.

Em *Bowling Alone*, Putnam está preocupado com o declínio da participação cívica dos americanos, e apresenta uma imensa diversidade de indicadores estatísticos para mostrar que, desde os anos 60, os seus concidadãos se associam menos, votam menos, confiam menos, dão menos. A obra fecha, no entanto, com uma perspectiva optimista nas capacidades dos reformistas sociais em inventar novas formas de capital social, capazes de substituir as moribundas. A sua obra seguinte – *Better Together* (2003) – pretende, exactamente, mostrar as vantagens da (re)construção dos laços comunitários.

Assim, se para Bourdieu e Coleman a questão é “o que é que a minha rede de relações pode fazer por mim?”, para Putnam é “em que medida todos podemos beneficiar de uma rede social ampla com normas e confiança associadas?”¹³ A discussão acerca do

¹³ A perspectiva macrosocial de Putnam influenciou, sem dúvida, os trabalhos desenvolvidos pelas agências internacionais, sobretudo o Banco Mundial, acerca das relações entre capital social e desenvolvimento económico – cf., por exemplo, Grootaert *et al.* (2003).

carácter público ou individual do capital social constitui uma das fracturas fundamentais no interior das teorias sobre esta matéria. Basicamente, temos dois olhares fundamentais sobre o capital social: o daqueles que o vêem como um bem público e o daqueles que procuram analisar as vantagens privadas dos recursos acessíveis através das redes. Os primeiros operacionalizam o capital social através das normas, valores e atitudes, visíveis em unidades macrossociais; os segundos realizam uma abordagem sócio-estrutural, através das redes e dos laços sociais. Tendencialmente, os cientistas políticos orientam-se para a primeira opção, os sociólogos para a segunda (Dekker, 2004).

Mas esta não é a única dissensão no interior das teorias do capital social. Para além da controvérsia gerada pelo confronto entre perspectivas macro e micro, outras questões, teóricas e metodológicas, estruturam as convergências e divergências entre os autores mencionados. O modo como cada um lhes responde define orientações diversas, estrutura programas de investigação diferentes e configura respostas divergentes. A operacionalização do conceito é um dos problemas fulcrais na análise do capital social, que decorre das suas múltiplas definições e das imprecisões que grande parte delas comporta.

É sobretudo pelo seu contributo neste domínio que faz sentido conceber as abordagens vindas da *network analysis* como uma linha de pensamento autónoma sobre o capital social. Os autores da teoria das redes têm dado uma contribuição fundamental para a reflexão nesta matéria, mesmo quando não se debruçam sobre a conceptualização do capital social ou não usam expressamente o conceito.¹⁴ A perspectiva da *network analysis* permite superar alguns dos dilemas das teorias do capital social. A “análise relacional” possibilita uma abordagem que ultrapassa as tautologias das definições vagas de capital social. A dimensão reticular permite passar do nível macro ao nível micro e vice-versa, captando os processos de construção e utilização do capital social.

A *network analysis* contribui, decisivamente, para a clarificação do conceito de capital social e para a sua operacionalização. Lin defende que o capital social, “enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado, deve ser definido como *recursos inseridos na estrutura social que são acessíveis e/ou*

¹⁴ O trabalho de Mark Granovetter é um bom exemplo. As suas pesquisas e reflexões sobre o papel das redes sociais no acesso ao emprego constituem uma referência nas análises sobre o capital social, apesar do autor nunca ter utilizado o conceito.

mobilizados para a concretização de um objectivo” (Lin, 2001a: 29, itálico do autor).¹⁵ Deste modo, a teoria das redes permite olhar para três dimensões analíticas fundamentais: os recursos, as estruturas sociais, a acção. Os diferentes autores podem centrar-se mais num ou noutra aspecto,¹⁶ mas é consensual que estes três elementos, que intersectam estrutura e acção, são fundamentais para a análise do capital social.

Lin propõe a identificação de três blocos distintos de variáveis para a modelização do conceito de capital social (Lin, 2001a: 243-249): o investimento; o acesso e a mobilização; as retribuições. O primeiro representa as pré-condições do capital social – os factores estruturais e a posição do indivíduo na estrutura social; o segundo representa os elementos do capital social; e, finalmente, o terceiro, as compensações, instrumentais e expressivas, do capital social. O processo que conduz do primeiro ao terceiro representa um esquema sequencial de causalidade, cuja análise permite descrever a formação desigual do capital social: os elementos estruturais, bem como as posições individuais na estrutura, afectam as oportunidades para construir e manter o capital social.

Deste modo, a abordagem “meso” da *network analysis* permite esclarecer processos que outras perspectivas obscurecem, ao enfatizarem apenas uma das dimensões. Os instrumentos e métodos da teoria das redes constituem uma via privilegiada para a construção de modelos analíticos que esclarecem as relações entre capital social, redes sociais e estrutura social, facto que lhes confere um papel de relevo nos contributos para as teorias do capital social.

Outra das controvérsias que estrutura o pensamento sobre o capital social é a discussão sobre os seus efeitos positivos ou negativos. Putnam foi várias vezes criticado pela sua “visão dourada” acerca do capital social e das vantagens das “virtudes cívicas” para o bem público. Esta crítica é muitas vezes apressada, dado que, apesar da sua perspectiva optimista, o autor é o primeiro a reconhecer a existência de um “lado negro” do capital social¹⁷: ele “pode ser dirigido para propósitos malévolos e anti-sociais, como qualquer outra forma de capital” (Putnam, 2000: 22). No entanto, a esmagadora maioria da literatura enfatiza o lado positivo do capital social. Como afirma Portes, o nosso viés

¹⁵ Alguns autores falam de “capital social estrutural” para referir o capital construído através das redes, por contraste com o “capital social cognitivo”, que se refere a normas, valores e atitudes (Kirshna e Shrader, 1999).

¹⁶ Por exemplo, Lin nos recursos (1995) e Burt nas posições estruturais (1995 e 2001).

¹⁷ O capítulo 12 de *Bowling Alone* intitula-se “The Dark Side of Social Capital” (Putnam, 2000: 350-363)

sociológico faz com que vejamos coisas boas na sociabilidade e coisas más no comportamento do *homo economicus* (1998:15). No entanto, os mecanismos que podem ser apropriados pelos indivíduos como capital social podem, também, ter consequências menos desejáveis, que é preciso não esquecer, sob pena de construirmos juízos morais em vez de trabalho sociológico.

Portes faz um balanço dos estudos que identificaram consequências negativas do capital social e sintetiza-as em quatro dimensões (1998: 15-18). Em primeiro lugar, a exclusão dos que estão fora do grupo.¹⁸ Os mesmos laços que trazem benefícios para os membros da rede, muitas vezes, impedem o acesso a outros. Adam e Roncevic chamam a atenção para o facto de determinadas redes facilmente poderem ser geradoras de capital social, mas também criadoras de abuso e de destruição do mesmo – por exemplo, quando as pessoas tiram vantagens dos recursos disponíveis nas suas redes para alcançarem melhores posições sociais, em detrimento de outros, com níveis mais elevados de capital humano, mas sem capacidade de mobilizar idênticas relações sociais. Para os autores, no longo prazo, isto significa a destruição do capital social, o aparecimento da desconfiança e da desintegração social (Adam e Roncevic, 2003: 169).

O segundo efeito negativo do capital social, identificado por Portes é, em parte, o inverso do primeiro, dado que o fechamento do grupo pode, por vezes, impedir a iniciativa individual, exigindo a dedicação ao colectivo, em detrimento da prossecução dos interesses pessoais. Em terceiro lugar, a participação no grupo apela à conformidade. As redes densas de solidariedade permitem o acesso a fortes benefícios, mas não deixam de restringir a privacidade e a autonomia dos indivíduos. Deste modo, níveis elevados de controle social conduzem à restrição da liberdade individual. E, finalmente, uma última consequência negativa do capital social, salientada por vários estudos sobre comunidades e minorias étnicas, prende-se com a redução das expectativas pessoais. Dado que a coesão do grupo se estabelece pela partilha de experiências e adversidades e, muitas vezes, por oposição ao conjunto da sociedade, a procura de outros caminhos torna-se bastante difícil.

Este balanço dos efeitos negativos do capital social, embora sintético, permite matizar as perspectivas que vêm no capital social a solução para a revitalização da

¹⁸ Esta característica tem sido sublinhada pelos estudos realizados em Portugal sobre a sociedade-providência (Hespanha e Alves, 1995; Nunes, 1995; Portugal, 1995; Santos, 1993).

sociedade civil e para os problemas de governabilidade das sociedades contemporâneas. Alguns autores têm chamado a atenção para os problemas levantados pela popularização do conceito, na linha do pensamento de Putnam, sem que exista uma clarificação do mesmo. Segundo Foley e Edwards, o uso corrente do conceito tem contribuído para a minimização do carácter conflitual da sociedade civil, e, sobretudo, para a supressão da dimensão económica do conflito na sociedade actual (Foley e Edwards, 1997).

Fazendo uma reflexão a partir da experiência da América Latina, Adriana Marrero discute a forma como a teoria do capital social pode produzir “efeitos liberais sem partir de premissas liberais” (Marrero, 2006: 2). A teoria parte do pressuposto da determinação social da desigualdade, mas não discute a intervenção do Estado, através de políticas redistributivas. Segundo a autora, ao colocar-se a ênfase no dinamismo das redes sociais, que depende da acção individual, acaba por se responsabilizar as pessoas pela sua própria sorte. Construindo a sua análise a partir da problemática da educação, Marrero conclui que, em muitas das formulações das teorias do capital social, as vítimas são, frequentemente, culpabilizadas.

As discussões sobre o capital social nestas duas vertentes – analítica e política – são ambas proficuas para a teoria das redes. Apesar da primeira ser primordial, a perspectiva acerca do carácter público do capital social e da sua importância como forma de revitalização da sociedade civil é uma linha de discussão impossível de ignorar quando nos questionamos acerca das configurações do laço social e das relações entre público e privado, macro e micro.

No entanto, o interesse heurístico do capital social para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica decorre, sobretudo, da concepção das redes sociais como provedoras de recursos. Esta perspectiva analítica torna incontornável uma reflexão sobre as redes enquanto fonte de capital social, obrigando a uma operacionalização das dimensões analíticas do conceito. De seguida, apresento uma proposta neste sentido.

Para uma operacionalização do conceito de rede social

Uma rede social pode ser definida como “um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” (Mercklé, 2004: 4). As unidades sociais podem ser indivíduos ou

grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interacção face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.

De uma forma operacional, a análise a partir das redes sociais pode sintetizar-se em algumas questões muito simples: Quem? O quê? Como? – Quem faz parte das redes? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam a sua acção? Tomando como referência as redes de relações sociais dos indivíduos, centro-me na operacionalização a partir da resposta à questão “Quem?”, ou seja, na análise da morfologia das redes, identificando os *nós* e os *laços* que as constituem.

Os nós são os elementos da rede, identificados pela relação que têm com *ego*. Os laços – as relações entre os nós da rede – podem ter características muito diferentes. Um critério fundamental para a caracterização dos laços é a existência ou não de uma relação de parentesco (Portugal, 2006). No entanto, outras distinções são importantes: os laços podem ser positivos ou negativos (Lemieux, 1999), fortes ou fracos (Granovetter, 1973, 1982), passivos ou activos (Milardo, 1988). Estas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o seu ambiente externo, mas também as fronteiras entre sub-sistemas no ambiente interno das redes (Lemieux, 1999: 124).

A força dos laços, analisada nos trabalhos seminais de Granovetter (1973, 1982), tem como critérios para a sua avaliação, segundo este autor, a duração da relação (antiguidade da relação e tempo despendido junto), a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos. Degenne e Forsé (1994) acrescentaram um quinto critério: a multiplexidade, ou seja, a pluralidade de conteúdos de troca existente num laço.

Relativamente à diferenciação entre laços positivos e negativos, sigo a apresentada por Lemieux, que se baseia em trabalhos anteriores de diversos autores e que segue, até certo ponto, as distinções de Simmel (1955) entre laços de identificação e laços de diferenciação. Os laços positivos são laços de identificação, através dos quais os actores sociais se consideram membros de uma entidade comum, enquanto os laços negativos são laços de diferenciação, que fazem os indivíduos demarcarem-se como pertencentes a entidades diferentes. Lemieux acrescenta a estas duas categorias outras duas: os laços mistos, que envolvem elementos positivos e negativos, e os laços neutros ou de indiferença (Lemieux, 1999).

Os laços podem, também, ser activos ou passivos (Milardo, 1988), ou seja, podem basear-se numa interacção face a face frequente ou em laços afectivos que envolvem uma interacção irregular. Os laços activos e passivos são ambos importantes no apoio aos indivíduos, mas tendem a operar de modos distintos. Os laços activos incluem interacções rotineiras que, em geral, envolvem ajudas directas, conselhos e críticas, apoio e interferência. Os laços passivos, apesar de não envolverem uma interacção quotidiana, podem ser igualmente importantes do ponto de vista da segurança individual e familiar – os laços existem e os indivíduos sabem que podem contar com eles quando for necessário.

O sentido e a força dos laços prendem-se com propriedades como: o conteúdo dos fluxos, a sua diversidade, a frequência dos contactos, o tempo despendido na interacção, a influência e a interferência de um nó sobre o comportamento do outro. O Quadro 1 apresenta um esboço de operacionalização destas dimensões:

QUADRO 1
Propriedades dos laços*

Propriedade	Definição
Conteúdo	Tipo de recursos que circulam entre X e Y
Diversidade	Variedade de conteúdos da relação entre X e Y
Frequência	Número de contactos e de trocas entre X e Y
Duração	Quantidade de tempo despendido na interacção entre X e Y
Força	Influência de X em Y
Interferência	Relação entre os comportamentos de X e Y

* Adaptado de Surra (1988)

A caracterização dos nós e dos laços permite identificar algumas propriedades morfológicas das redes, das quais destaco as seguintes:

- dimensão: número de elementos que constituem a rede
- densidade: relação entre os laços activados e o total de potenciais membros da rede

- orientação: as relações orientam-se preferencialmente para parentes, amigos, vizinhos, colegas? No que diz respeito à rede de parentesco, as relações estabelecem-se preferencialmente num sentido vertical ou horizontal: privilegiam-se os parentes em linha recta ou os colaterais?
- polarização: existem actores que desempenham um papel de “catalisadores de relações”, por quem passam os laços estabelecidos entre os diferentes membros da rede?
- segmentação: os elementos que pertencem a diferentes redes (parentesco, amizade, vizinhança) interagem entre si, ou constituem núcleos de relações independentes?
- sobreposição ou dissociação: um laço tem mais do que um conteúdo? Os diferentes elementos da rede desempenham mais do que um papel no total da rede?

Seguindo este esquema de operacionalização, o desafio consiste em desenvolver metodologias de reconstituição das redes que permitam responder às questões “quem?” e “o quê?”, dando conta da forma e do conteúdo das relações sociais. As estratégias metodológicas de abordagem das redes podem sintetizar-se em três tipos fundamentais: uma abordagem estrutural, que consiste na reconstituição da rede através do contacto com todos os seus elementos, utilizando sobretudo procedimentos sociométricos; um segundo tipo de abordagem, que consiste na selecção de um informador privilegiado que reconstitui as relações entre os diferentes membros da rede; e, finalmente, uma abordagem egocentrada que reconstitui a rede de relações dum determinado indivíduo (*ego*). Este último procedimento é certamente o mais utilizado.

As “redes egocentradas” (*egocentric networks*) são definidas, pela maioria dos autores, como o conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com um determinado “alvo” (indivíduo ou casal) (Milardo, 1988). Este tipo de redes dá-nos uma visão ptolomeica das redes; em vez da concepção do observador exterior, obtemos a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro.

Um dos problemas das redes egocentradas consiste na dificuldade em identificar a totalidade dos membros da rede de um dado indivíduo ou família, sendo quase sempre necessário criar uma amostra do total da sua população. Em consequência do tipo de

abordagem metodológica e da estratégia de medida adoptadas, é possível encontrar, na literatura sobre *network analysis*, fundamentalmente, três tipos de rede: as redes de íntimos (*close associates*), as redes de interacção e as redes de troca.

As redes de íntimos são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Milardo define, operacionalmente, este tipo de redes como “indivíduos cuja opinião acerca da sua vida pessoal é importante para si” (Milardo, 1988: 22). Definir as redes nestes termos tem algumas vantagens: por um lado, o processo de avaliação é claro e de fácil compreensão e, conseqüentemente, é necessário um tempo mínimo para gerar uma lista de nomes; por outro lado, a rede é, deste modo, representativa das atribuições de importância do respondente. No entanto, e paradoxalmente, pode haver escassa correspondência entre os indivíduos considerados importantes e aqueles com quem a interacção ocorre numa base rotineira.

Estas redes são compostas por laços activos e passivos, laços baseados em frequentes interacções face a face, e laços baseados em ligações afectivas com interacções irregulares e pouco frequentes. Como acima se descreveu, ambos são importantes pelo seu impacto potencial, mas operam de modos diferentes: os laços activos incluem interacções de rotina que podem envolver ajuda directa, conselhos ou críticas; os laços passivos podem constituir também fontes de suporte ou pelo menos serem suficientemente influentes para que o indivíduo acredite que tal apoio pode surgir se for necessário.

Robert Milardo (1988) identifica alguns dos problemas levantados pela utilização deste tipo de redes: focando exclusivamente os íntimos, omitem-se outros segmentos importantes da rede total. Amigos, vizinhos, colegas podem facilmente ser excluídos da lista, apesar de serem pontos de referência fundamentais na definição da conduta do indivíduo; através destas relações, que podem ser superficiais, partilham-se informações, bens, serviços, noções positivas e negativas. Os indivíduos com os quais a interacção é hostil ou conflituosa são facilmente omitidos, assim como ex-cônjuges, parentes ou colegas rivais; no entanto, este tipo de relações constitui, também, uma fonte importante de referência, comparação e suporte.

As interpretações sobre proximidade ou intimidade variam bastante consoante os indivíduos, o seu sexo, idade, fase do ciclo de vida, educação, etc., e, conseqüentemente, originam erros de medida. Para além da variação nas definições

individuais de amizades próximas, há, ainda, que considerar uma variação do próprio conceito, já que este tipo de procedimento metodológico assume a equivalência e reciprocidade de todas as relações próximas quando elas são de facto altamente especializadas e assimétricas.

Um último problema deste tipo de redes prende-se com as características da questão colocada para a sua identificação: assume-se que os inquiridos, não só têm amigos próximos, como possuem os bastantes para satisfazer as necessidades do cientista social, ou seja, este procedimento pode exercer uma pressão excessiva sobre os respondentes no sentido de produzir respostas socialmente desejáveis.

As redes de interacção implicam procedimentos metodológicos bastante diversos dos das redes de íntimos. A constituição deste tipo de rede é baseada nos indivíduos com quem os membros da família interagem numa base de rotina. Nas abordagens quantitativas, a recolha de dados sobre este tipo de rede é, em geral, realizada através de questionários ou de diários preenchidos pelos inquiridos. As interacções podem ser relatadas imediatamente após a sua ocorrência ou retrospectivamente, para um determinado período de tempo (uma semana, um mês ou um ano). Pode ser pedido ao inquirido que forneça a informação de um modo agregado (por exemplo, a frequência com que contactou com um determinado amigo durante a última semana) ou o investigador pode assumir, posteriormente, a responsabilidade pela agregação dos dados.

Relativamente às redes de íntimos, as redes de interacção possuem a vantagem de distinguir os laços activos daqueles que possuem uma importância puramente afectiva. No entanto, se a eleição de um conjunto de íntimos pode deixar de lado importantes pontos de suporte quotidiano, o registo diário de interacções exclui da rede indivíduos com quem a interacção ocorre de um modo irregular, mas que podem constituir também um potencial de ajuda para *ego* e funcionar como rede de autoprotecção.

Nas redes de troca, a estratégia consiste em isolar uma parte da rede total, incluindo os indivíduos com os quais a probabilidade de recompensa de trocas é elevada. Este tipo de abordagem “inclui entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza *ego* ou as pessoas que são directamente recompensadas ou penalizadas por *ego*” (Fischer, 1982: 287). As trocas incluem um vasto leque de interacções, avaliadas quer positiva quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas actividades de lazer.

A estratégia metodológica para reconstituição deste tipo de redes consiste, basicamente, em confrontar os inquiridos com uma série de cenários sociais de modo a identificar os indivíduos com os quais existe probabilidade de trocas. Por outras palavras, isola-se uma parte, de um vasto conjunto potencial de membros da rede, com base numa série de critérios explícitos para a sua inclusão. Parte-se do princípio de que a selecção de um conjunto de situações, que tipificam a vida da maioria dos indivíduos, produz uma amostra mais representativa da consistência da rede do que o simples exame duma classe específica de relações próximas.

Relativamente às redes de íntimos, a utilização desta estratégia tem a vantagem de, por um lado, definir critérios claros de inclusão dos membros da rede e não critérios ambíguos e abstractos e, por outro lado, deixar a decisão sobre quem é importante e quem deve ser incluído na rede a cargo do investigador e não do inquirido. Finalmente, com esta metodologia, a importância dos membros da rede reside naquilo que eles realmente fazem por *ego*, na sua capacidade de dar resposta a diferentes expectativas e necessidades.

A opção por uma destas estratégias de reconstituição das redes deixa em aberto duas questões: até que ponto estes tipos de rede convergem entre si e se sobrepõem e até que ponto, quando se elege um dos critérios de selecção, se está a deixar de fora elementos importantes da rede, que contribuem para a compreensão do comportamento individual em determinadas áreas?

Considerações finais

Do ponto de vista metodológico, a abordagem a partir da teoria das redes permite usufruir de um conjunto de dispositivos analíticos solidamente estruturados e testados. A linguagem, os conceitos, os indicadores, os métodos de recolha e tratamento de dados da *network analysis* constituem um corpo analítico que oferece inúmeras possibilidades heurísticas e grande flexibilidade temática.

Como referem Knoke e Kuklinski, se a *network analysis* se limitasse a ser uma grelha conceptual para identificar formas de ligação entre um conjunto de actores o seu interesse não seria grande. Segundo os autores, a principal consequência analítica da abordagem advém da sua ancoragem na premissa de que a estrutura de relações entre os actores e a sua localização individual na rede têm importantes consequências (em

termos de percepções, atitudes e comportamentos) quer para os indivíduos, quer para o sistema como um todo (Knoke e Kuklinski, 1982: 13).

A *network analysis*, como afirmam Marsden e Lin,

oferece novas abordagens para a descrição e estudo da estrutura social e para lidar com o problema complexo de integrar diferentes níveis de análise: o modo como a acção individual cria a estrutura social; o modo como a estrutura social, uma vez criada, constringe a acção individual e colectiva; o modo como as atitudes e comportamentos dos actores são determinados pelo contexto social em que a acção ocorre. (Marsden e Lin, 1985: 10)

Deste modo, a “racionalidade reticular” permite olhar o “teatro das circulações” (Parrochia, 2001:17). Ou seja, a abordagem a partir da teoria das redes confere a possibilidade de analisar o espaço relacional, os seus movimentos e o conteúdo desses movimentos – a forma e o conteúdo da relação, simultaneamente.

Mais importante do que responder à questão se a teoria das redes constitui um novo paradigma nas ciências sociais é poder usufruir dos seus contributos para a análise sociológica. Como afirma Latour, a força da teoria das redes vem da capacidade de tornar visível e descritível o trabalho dos actores (Latour, 1992: 4). A *network analysis* trouxe novos princípios analíticos, novas linguagens e novos dados para a teoria sociológica, permitindo analisar a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional e (re)colocando no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: a interacção social.

Referências bibliográficas

- Adam, Frane; Roncevic, Borut (2003), “Social capital: recent debates and research trends”, *Social Science Information*, 42(2), 155-183.
- Barabási, Albert-László (2003), *Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life*. New York: Plume.
- Barnes, J. A. (1977), “Class and Committees in a Norwegian Island Parish”, in Samuel Leinhardt (org.), *Social Networks. A Developing Paradigm*, New York, Academic Press, 233-252 (edição original: *Human Relations*, 7, 1954).
- Boissevain, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.
- Bourdieu, Pierre (1980), “Le capital social. Notes provisoires”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 2-3.
- Bott, Elizabeth (1976), *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. (Tradução de *Family and Social Network*, 2ª ed., 1971)
- Buchanan, Mark (2002), *Nexus. Small Worlds and the Groundbreaking Science of Networks*. New York / London: W. W. Norton & Company.
- Burt, Roland S. (1995), “Capital social et trous structuraux”, *Revue Française de Sociologie*, XXXVI-4, 599-628.
- Burt, Roland S. (2001), “Structural Holes versus Network Closure as Social Capital”, in Nan Lin; Karen Cook; Ronald S. Burt (orgs.), *Social Capital. Theory and Research*. New York: Aldine de Gruyter, 31-56.
- Callon, Michel (org.) (1989), *La science et ses réseaux. Genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: Éditions La Découverte/Conseil de L'Europe/ UNESCO.
- Callon, Michel; Latour, Bruno (1981), “Unscrewing the big Leviathan: How actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so”, in K. Knorr-Cetina; A. V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro-and Macro-Sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 277-303.
- Coleman, James (1988), “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, 94, 95-120.
- Coleman, James S. (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

- Degenne, Alain; Forsé, Michel (1994), *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Colin.
- Dekker, Paul (2004), “Social Capital of Individuals: Relational Asset or Personal Quality?”, in Sanjeev Prakash; Per Selle (orgs.), *Investigating Social Capital. Comparative Perspectives on Civil Society, Participation and Governance*. New Delhi: Sage, 88-110.
- Fischer, Claude S. (1982), *To Dwell Among Friends. Personal Networks in Town and City*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Foley, Michael W.; Edwards, Bob (1997), “Escape from Politics? Social Theory and the Social Capital Debate”, *American Behavioral Scientist*, 40(5), 550-561.
- Fontes, Breno (2004), “Capital social e terceiro sector: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias”, in Paulo Henrique Martins; Breno Fontes (orgs.), *Redes Sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 49-75.
- Fontes, Breno Augusto; Eichner, Klaus (2004), “A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda”, in Paulo Henrique Martins; Brasilmar Ferreira Nunes (orgs.), *A Nova Ordem Social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 215-241.
- Granovetter, Mark S. (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380. (republicado em Samuel Leinhardt (org.) (1977), *Social Networks. A Developing Paradigm*. New York: Academic Press, 347-367.
- Granovetter, Mark S. (1982), “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”, in Peter V. Marsden; Nan Lin (orgs.), *Social Structure and Network Analysis*. Beverly Hills: Sage, 105-130.
- Grootaert, Christian *et al.* (2003), *Measuring Social Capital. An Integrated Questionnaire*. Washington D.C.: The World Bank.
- Hespanha, Pedro; Alves, Ana Isabel (1995), “A construção da habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 125-153.
- Kirshna, Anirudh; Shrader, Elizabeth (1999), “Social Capital Assessment Tool”, Comunicação apresentada no Congresso *Social Capital and Poverty Reduction*. Washington: The World Bank (policopiado).
- Knoke, David; Kuklinski, James H. (1982), *Network Analysis*. London: Sage.
- Knorr-Cetina, K.; Cicourel, A. V. (orgs.) (1981), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul.

- Kuhn, Thomas (1970/1962), *The Structure of Scientific Revolutions*, 2^a ed. Chicago: Chicago University Press.
- Latour, Bruno (1992), “Introduction”, in Centre de Sociologie de L’Innovation, *Ces réseaux que la raison ignore*. Paris: L’Harmattan, 1-4.
- Latour, Bruno (2005), *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Lazega, Emmanuel (1998), *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: PUF.
- Leinhardt, Samuel (org.) (1977), *Social Networks. A Developing Paradigm*. New York: Academic Press.
- Lemieux, Vincent (1999), *Les réseaux d’acteurs sociaux*. Paris: PUF.
- Lemieux, Vincent (2000), *À quoi sert les réseaux sociaux?*. Québec: Les Éditions de l’IQRC.
- Lemieux, Vincent; Ouimet, Mathieu (2004), *L’Analyse structurale des réseaux sociaux*. Bruxelles: De Boeck.
- Lin, Nan (1982), “Social Resources and Instrumental Action”, in Peter V. Marsden; Nan Lin (orgs.), *Social Structure and Network Analysis*. Beverly Hills: Sage, 131-145.
- Lin, Nan (1995), “Les ressources sociales: une théorie du capital social”, *Revue Française de Sociologie*, XXXVI-4, 685-704.
- Lin, Nan (2001a), *Social Capital. A Theory of Social Structure and Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lin, Nan (2001b), “Building a Network Theory of Social Capital”, in Nan Lin; Karen Cook; Ronald S. Burt (orgs.), *Social Capital. Theory and Research*. New York: Aldine de Gruyter, 3-29.
- Lin, Nan; Cook, Karen; Burt, Ronald S. (orgs.) (2001), *Social Capital. Theory and Research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Lozares, Carlos (1996), “La teoría de redes sociales”, *Papers*, 48, 103-126.
- Marrero, Adriana (2006), “Una discusión sobre el capital social como modelo de desarrollo para América Latina”, comunicação apresentada ao *Forum Internacional El Nexo entre Políticas e Ciencias Sociales*, 20 a 24 de Fevereiro, Buenos Aires (policopiado).
- Marsden, Peter V.; Lin, Nan (1985), “Introduction”, in Peter V. Marsden; Nan Lin (orgs.), *Social Structure and Network Analysis*. Beverly Hills. Sage, 9-11.

- Martins, Paulo Henrique; Breno Fontes (orgs.) (2004), *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Mercklé, Pierre (2004), *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte.
- Milardo, Robert (1988), “Families and Social Networks: An Overview of Theory and Methodology”, in Robert Milardo (org.), *Families and Social Networks*. Newbury Park: Sage, 13-47.
- Musso, Pierre (2001), “Genèse et critique de la notion de réseau”, in Daniel Parrochia (org.), *Penser les réseaux*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 194-217.
- Nunes, João Arriscado (1995), “«Com mal ou com bem, aos teus te até»: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 5-25.
- Parrochia, Daniel (2001), “La rationalité réticulaire”, in Daniel Parrochia (org.), *Penser les réseaux*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 7-23.
- Portes, Alejandro (1998), “Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology”, *Annual Review of Sociology*, 24, 11-24.
- Portugal, Sílvia (1995), “As mãos que embalam o berço. As redes informais de apoio à maternidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42.
- Portugal, Sílvia (2006), *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra: FEUC.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Putnam, Robert D.; Feldstein, Lewis M. (2003), *Better Together. Restoring the American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Ruivo, Fernando (2000), *O Estado labiríntico. O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 17-56.
- Scott, John (1991), *Social Network Analysis*. London: Sage.
- Simmel, Georg (1955), *Conflict & The Web of Group-Affiliations*. New York: The Free Press.

- Surra, Catherine A. (1988), “The Influence of the Interactive Network on Developing Relationships”, in Robert Milardo (org.), *Families and Social Networks*. Newbury Park: Sage, 48-82.
- Walters, William (2002), “Social Capital and Political Sociology. Re-imagining Politics?”, *Sociology*, 36(2), 377-397.
- Wasserman, Stanley; Faust, Katherine (1999), *Social Network Analysis. Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Watts, Duncan J. (2003), *Six Degrees. The Science of a Connected Age*. New York: W. W. Norton & Company.
- Wellman, Barry (1985), “Studying Personal Communities”, in Peter V. Marsden; Nan Lin (orgs.), *Social Structure and Network Analysis*. Beverly Hills: Sage, 61-103.
- Wellman, Barry (1991), “Structural Analysis: from Method and Metaphor to Theory and Substance”, in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (orgs.), *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 19-61.
- Wellman, Barry; Berkowitz, S. D. (1991), “Introduction: Studying Social Structures”, in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (orgs.), *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-14.
- Wellman, Barry; Carrington, Peter J.; Hall, Allan (1991), “Networks as personal communities”, in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (orgs.), *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 130-184.
- Wellman, Barry; Berkowitz, S. D. (orgs.) (1991), *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- White, Leroy (2002), “Connection Matters: Exploring the Implications of Social Capital and Social Networks for Social Policy”, *Systems Research and Behavioral Science*, 19, 255-269.